



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0005113-91.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários
 Requerente: Cirso de Oliveira
 Requerido: Banco Bradesco S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação rescisória e declaratória, alegando que era funcionário de uma empresa e para a contratação era necessária a abertura de uma conta. Compareceu a uma agência bancária do réu, onde já possuía uma conta salário aberta, mas que segundo o requerido, não poderia receber valores através dela, e foi induzido a abrir uma conta corrente para a qual seria transferida sua remuneração tão logo fosse depositada na conta salário. Diz que foi forçado a contratar um seguro, pelo qual pagava, inicialmente R\$5,50 e, posteriormente, R\$8,50. No mês de novembro do ano de 2.015, ao desligar-se da empresa, entendia que a conta seria automaticamente encerrada, porque nesse sentido foi informado. Narra que desde 10.02.2017 não movimentou mais a conta, que não tinha saldo negativo, mas ocorreram alguns lançamentos que geraram saldo negativo e cobrança de juros. O nome do autor foi inserido nos órgãos de proteção ao crédito em razão da dívida. Requereu a procedência para decretar a rescisão dos contratos, encerrando-se as contas especificadas, e declarar a inexigibilidade de quaisquer valores, taxas ou débitos vencidos ou a vencer, decorrentes da rescisão.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9099/05 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

O autor alega que trabalhou em empresa cuja contratação exigia a abertura de uma conta bancária para recebimento de remuneração, razão pela qual compareceu a uma agência bancária do réu na qual já possuía uma conta salário aberta (agência 2836-3 Conta 14041-4), mas que, segundo o requerido, não seria possível o recebimento de valores através dela, sendo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

obrigado a contratar a abertura de conta corrente para a qual seria destinada sua remuneração após depósito naquela conta salário.

Afirma que foi "forçado" a contratar seguro denominado "Bradesco Vida Prev-Seg", pelo valor inicial mensal de R\$5,50 e, posteriormente, por R\$8,50.

Diz que no mês de novembro/2015 se desligou da empresa, motivo pelo qual entendia que a conta seria encerrada automaticamente, tendo em vista informação nesse sentido que afirma ter recebido.

Declara que não mais movimentou sua conta corrente e também não havia saldo negativo, mas incidiram lançamentos em conta relacionados a débitos de tarifas, encargos e seguro, acarretando saldo negativo e inscrição do autor nos órgãos de proteção ao crédito.

Como a contestação não trouxe detalhes da contratação, mais adiante foi necessário proferir decisão com determinação para exibir documentos (pág. 68).

O banco réu anexou cópia do instrumento contratual (págs. 72/74), cujas existência e validade não foram questionadas pelo autor ao se manifestar a respeito, que reiterou o já alegado no termo de ajuizamento (pág. 79).

Num primeiro momento, o autor parece ter razão. Não é incomum o ajuizamento de demandas desta espécie. Os bancos, por vezes, insistem na manutenção de contas depois de solicitado o encerramento e pagas as pendências, gerando problemas futuros.

Mas neste caso há alguns pontos que afastam a razão da parte autora: a ausência de prova de pedido de encerramento da conta; a movimentação da conta em razão de débito legítimo que não foi quitado e a existência de outros débitos que não permitem conceder indenização.

Houve mesmo a coexistência de uma conta salário e uma conta corrente, como revela o documento de pag. 5.

O último salário em favor do autor foi depositado em 19.11.2015 (pág. 11). Depois disso, outras operações foram registradas (págs. 12/18), sendo basicamente os débitos do seguro de vida, anuidade do cartão, taxas bancárias e encargos.

Os documentos anexados mais adiante mostram a adesão do autor aos serviços do banco e a contratação de limite de cheque especial com taxa de juros de 9,75% ao mês (págs. 72/74).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Fácil ver que o problema não ocorreu com a conta salário, mas com a outra conta, de depósitos, na qual ocorreram os lançamentos.

Após o crédito do salário referido alhures, deixou de prestar serviços àquele empregador, e a última movimentação voluntária do autor foi em 18.01.2016, descrita como uma compra através do cartão ELO no "Paulistão" no valor de R\$19,24, cujo saldo, após a transação ficou em R\$1,00 (pág. 12).

Em 10.02.2016, consta resgate de papéis, que é o perfil da conta do autor, que caracteriza-se por uma aplicação automática; pagamento de cobrança correspondente ao seguro e anuidade de cartão de crédito, com saldo remanescente de R\$6,75 (positivo).

No mês seguinte, em 10.03.2016, as mesmas cobranças referentes a seguro e anuidade de cartão foram debitadas, mas também incidiu outra, que até então não constava do extrato, que é a tarifa bancária cesta fácil econômica no importe de R\$17,25 (pág. 12).

Depois da última movimentação voluntária do autor, e após os descontos de seguro e anuidade de cartão de crédito, sua conta corrente ficou com um saldo positivo de R\$6,75, mas que em razão dos débitos já descritos acarretou na evolução do saldo negativo (pág. 12).

O que se observa é que houve a evolução do saldo negativo mediante referidos lançamentos, que, ao menos em princípio, foram regulares.

Afinal, o autor não negou a contratação do seguro, nem do limite de cheque especial.

Seu erro foi imaginar que não era necessário o encerramento da conta. Simplesmente a abandonou, deixando de adotar as medidas corretas no momento oportuno.

Assim, não há como reconhecer como indevidos os lançamentos e, por conseguinte, declará-los inexigíveis.

Mesmo com o exame do ato da Febraban (Normativo SARB - Sistema de Autorregulação Bancária nº 002/2008, o qual dispõe, dentre outros assuntos, acerca do encerramento de conta corrente que não tenha movimentação espontânea por mais de seis meses, sem saldo ou com saldo devedor, o encerramento não inclui o perdão do débito contraído.

Há jurisprudência em tal sentido:

APELAÇÃO. Ação declaratória de inexigibilidade de débito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

cumulada com pedido de repetição de indébito e indenização por danos morais. Cobrança de encargos de manutenção de conta corrente inativa. Correntista que, antes de deixar de movimentar a sua conta, já se encontrava em débito junto à instituição financeira. **Débito que não se originou exclusivamente da cobrança de tarifas.** Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação 1000259-90.2017.8.26.0257; Relator (a): Flávio Cunha da Silva; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 09/05/2018).

Cerceamento de defesa - Prolatora da sentença que tinha em mãos todos os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo – Prova documental e pericial produzida que era suficiente para o julgamento da demanda – Prova testemunhal que era prescindível - Impossibilidade de se decretar a nulidade da sentença. Contrato bancário – Conta corrente – Alegado pelo autor que não havia justificativa para que o seu nome fosse negativado pelo banco réu – Tese exposta na inicial que não se mostrou verossímil, ainda que a ação verse sobre consumo e seja o autor hipossuficiente. Contrato bancário – Conta corrente – Banco réu que **comprovou que o autor era titular de conta corrente universal, de livre movimentação, tendo ele aderido e utilizado, desde o início da relação contratual**, isto é, desde 9.12.2008, **o limite de cheque especial – Autor que não demonstrou haver quitado o saldo devedor** de R\$ 66,47, existente na conta corrente no momento da solicitação de seu encerramento, em 29.11.2010 - Inviável reputar-se como ilegítimo o débito inscrito em seu nome em 27.5.2011 – Improcedência da ação mantida - Apelo do autor desprovido. (TJSP; Apelação 0037627-24.2013.8.26.0506; Relator (a): José Marcos Marrone; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 23/05/2018).

No que tange à pretensão rescisória das contas vinculadas à instituição financeira ré, não há óbice ao acolhimento, tendo em vista que o correntista pode encerrar a conta bancária em qualquer momento, mesmo ante a eventual existência de saldo devedor (art. 16, Normativo SARB nº 002/2008).

Mas é o limite da procedência, pois não há como considerar que o autor não seja devedor. Porém, ressalva-se que a regularidade dos lançamentos, um a um, bem como a exatidão dos seus respectivos valores, somente poderá ser conferida em ação de prestação de contas, ou mesmo revisional, que não pode ser processada no juizado especial ante a necessidade de perícia contábil.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão para decretar a rescisão dos contratos de abertura de conta salário e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

conta corrente, ambas na agência 2836-3 e de nº 14041-4 e 13451-1. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 31 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006